

Mobilidade intrametropolitana: questões metodológicas para o seu estudo

José Marcos Pinto da Cunha*

Introdução

No presente momento, nos deparamos com várias modalidades de deslocamentos populacionais que carecem não somente de uma reflexão interpretativa, mas também de uma mensuração e caracterização sistemáticas. Sem um esforço nesse sentido, corre-se o risco de não se compreender aspectos relevantes que podem ajudar a explicar, por exemplo, as novas formas de configuração urbana, de distribuição espacial da população e, até mesmo, de divisão regional e internacional do trabalho.

Estas notas inserem-se neste nível de preocupação ao realizar algumas reflexões sobre as formas de apreender um fenômeno típico de um período mais recente do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro e que sucedeu o processo de intensa desruralização do país: a migração e mobilidade intrametropolitanas. Em um contexto nacional de grandes transformações e ajuste econômico, que no âmbito da migração traduz-se, por exemplo, em uma profunda queda da intensidade dos movimentos interestaduais, a migração inter-regional, e em particular a intra-regional, ganha maior evidência, merecendo, portanto, maior atenção.

As reflexões aqui apresentadas, embora decorram dos avanços obtidos e das dificuldades encontradas até o

momento no estudo da migração intrametropolitana a partir do Censo Demográfico, foram suscitadas a partir de uma interação com outra pesquisa em andamento, intitulada Migração, Mercado de Trabalho e Projeções de População no Estado de São Paulo, desenvolvida pelo Instituto de Economia da Unicamp em colaboração com o Núcleo de Estudos de População (NEPO) desta universidade (1).

Por que os movimentos intrametropolitanos?

Até pelo menos os anos 70, a Região Metropolitana de São Paulo foi uma das mais importantes receptoras da migração proveniente de outros estados brasileiros, característica que teve impacto decisivo sobre seus níveis de crescimento e concentração demográfica. Uma das conseqüências dessa situação foi que a população dessa região cresceu durante cerca de 40 anos a taxas elevadas, da ordem de 5,5% ao ano no período 1940-60 e 4,5% na década de 70. Também sua mancha urbana expandiu-se de maneira impressionante, a ponto de passar de 355 km² em 1952 para 1.879 km² em 1989.

De certa forma, essa grande importância dos movimentos interestaduais na formação e crescimento da região monopolizou os estudos demográficos sobre migração para essa área. Isso implicou que pouca ou nenhuma atenção tenha sido dada a uma conseqüência eminente dessa dinâmica, ou seja, os processos migratórios internos decorrentes desse nível de concentração e crescimento populacionais. Assim, muito embora tenhamos de fazer justiça à rica produção sociológica dos anos 70, e dos

* Demógrafo da Fundação SEADE e do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

geógrafos um pouco mais tarde, sobre o processo de periferização da população metropolitana, praticamente não se produziu, até bem pouco tempo, estudos demográficos dispostos a encarar tais questões (2).

Apenas para situar a importância desse fenômeno, pode-se mencionar algumas cifras registradas para os anos 70. Foram quase 1 milhão de pessoas que realizaram esse movimento, o correspondente a 27% dos imigrantes registrados em algum dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Além disso, em 22 dos 37 municípios da região, a chegada de migrantes intrametropolitanos foi responsável por mais de 50% do crescimento populacional verificado na década. Quanto à população total registrada pelo Censo de 1980, constata-se que, em muitos municípios, mais de 1/4 dos habitantes eram migrantes intrametropolitanos, sendo que, em alguns, tipicamente dormitórios, esse cifra oscilou entre 35% e 45%.

Vários outros aspectos poderiam ser considerados para justificar a importância do fenômeno em questão, como o seu impacto na redistribuição espacial da população e, conseqüentemente, na ocupação e produção do espaço metropolitano, o seu papel na intensificação da mobilidade pendular (3) etc.

Mesmo no cenário recente, caracterizado por mudanças nos padrões de redistribuição espacial da população e, sobretudo, pela diminuição da migração externa para o estado, considera-se que a migração intrametropolitana continuará assumindo um papel fundamental na determinação da dinâmica demográfica e expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo.

Assim, ainda que se deva reconhecer que esse fenômeno, em função de sua relação com a migração interestadual (4), tenha perdido intensidade na última década, o grau de concentração demográfica e econômica alcançado

pela Região Metropolitana de São Paulo nos leva a crer que os problemas internos daí derivados, e que afetam diretamente a redistribuição da população, continuam e continuarão existindo.

Quanto a essa questão, pode-se dizer que a ocupação do espaço urbano, e mais fortemente do espaço metropolitano, está sujeita a uma série de estrangulamentos ou incentivos, dos quais os mais imediatos se consubstanciam nas questões ligadas ao mercado de terras e de trabalho. Pode-se considerar que a forma e intensidade como essas dimensões atuam em cada subespaço condicionarão a forma e intensidade como este será ocupado.

No que tange aos movimentos intrametropolitanos, e considerando essas duas dimensões, pode-se mencionar algumas questões que seriam decisivas no condicionamento dessa migração: o processo de valorização imobiliária, que segrega a população carente, obrigando-a a se localizar em áreas cada vez mais distantes; a incapacidade do Estado em gerar ofertas habitacionais e regular o processo de ocupação do espaço; o caos urbano – insegurança, poluição etc. – que motiva o deslocamento de camadas mais ricas da população para as periferias; a redistribuição da atividade econômica, implicando o surgimento de novos e mais atraentes mercados de trabalho. Acredita-se que tais questões tendem a se agravar em um contexto como o que vivemos, de desemprego, baixos salários, crise do Estado, recrudescimento da violência, reorganização produtiva etc. Por esse motivo, e também porque novas formações metropolitanas estão emergindo no próprio Estado de São Paulo, é que se estima fundamental e oportuno o estudo da migração intrametropolitana, em particular, e dos movimentos intra-regionais em geral, que talvez sejam, no Brasil, uma das grandes problemáticas migratórias do presente.

Migração e mobilidade populacional: a difícil tarefa de captá-las

É indiscutível que um dos grandes obstáculos a ser transposto pelo estudioso da migração é a fonte de dados. No Brasil, o pesquisador de migração, a menos que possa realizar uma pesquisa específica - o que, em geral, é muito custoso -, conta praticamente com os censos demográficos (5).

Na verdade, os censos brasileiros, principalmente os de 1980 e 1991, apresentam grandes potencialidades em termos da análise do fenômeno migratório. Além da representatividade e alcance espacial característicos dos censos demográficos, estes dois levantamentos dispõem de um grande número de itens especificamente voltados a apreender diferentes facetas do fenômeno, entre eles os que permitem estabelecer fluxos migratórios a partir da identificação do município de residência anterior do indivíduo ou sua residência em um momento no passado (6).

As oportunidades oferecidas pelos censos demográficos crescem ainda mais se consideramos a possibilidade dos inúmeros cruzamentos dos quesitos sobre migração entre si, e desses com os demais levantados a respeito das características demográficas e sócio-econômicas da população. Contudo, além de sua periodicidade, que compromete o acompanhamento de um fenômeno tão dinâmico como a migração, várias limitações cercam os dados censitários, sendo, talvez, uma das mais importantes o seu caráter não-retrospectivo.

Assim, com algumas poucas exceções - como é o caso, por exemplo, do "município de residência anterior" -, não se coletam informações sobre a vida pregressa do informante, sendo essa fonte praticamente uma "fotografia" da data referencial censitária (no Brasil, 1º de setembro). Em termos dos estudos migratórios, tal característica representa

uma grande limitação, pois impossibilita, entre outras coisas, qualificar os migrantes no momento de suas mudanças.

Nos censos demográficos também são captadas as informações apenas das pessoas "sobreviventes" (à mortalidade ou à remigração), o que equivale a dizer que, para um determinado local, os dados com os quais se trabalha refletem apenas a situação daqueles que aí residiam no momento censitário, independentemente de se lá estavam uma semana ou mesmo um dia antes da data de referência.

Por esse motivo, as análises sobre seletividade que comparem, por exemplo, migrante *versus* não-migrante com relação a tais variáveis devem ser tomadas com cautela e critério, sobretudo porque, para os migrantes mais antigos, as características levantadas na data do censo podem diferir daquelas vigentes na época do movimento (7).

A impossibilidade operacional - principalmente em função do aumento do custo da entrevista - de se levantar, em um censo, a história migratória dos indivíduos igualmente pode impor restrições às análises que dele se derivam. De fato, a necessidade de restringir a investigação a um determinado número de movimentos realizados pelo indivíduo e os recortes temporal e espacial utilizados podem representar um grande *constraint* para a completa apreensão de um determinado processo migratório.

É possível dizer que, de certa forma, ao escolher o censo como fonte de dados, o pesquisador praticamente tem predeterminado os tipos de migração a serem estudados, já que pouco pode ser feito para se fugir das determinações espaciais e temporais utilizadas neste instrumento.

No caso da migração e mobilidade intrametropolitanas, todas essas limitações intrínsecas ao levantamento censitário são sentidas ainda mais, uma vez que se tratam de movimentos que ocorrem no interior de um espaço caracteri-

zado pelo alto grau de conurbação e integração entre as unidades administrativas menores (no caso, os municípios) (8), não se configurando, portanto, como um fenômeno cuja ocorrência se dá de forma descontínua no espaço.

Uma alternativa ao estilo hermético e predeterminado do censo é, sem dúvida, a pesquisa de campo específica (*survey*), que, *ceteris paribus*, pode fornecer as informações necessárias e mais adequadas para a identificação do objeto e sua análise segundo o marco teórico escolhido.

Na verdade, a oportunidade de se realizar uma pesquisa amostral sobre migração significa dispor de formas "controláveis" de melhor qualificar o fenômeno, seja no sentido de seus tipos, feições e expressões espaciais, seja do ponto de vista das características dos migrantes e dos condicionantes mais próximos dos movimentos (9).

Assim, muito embora os custos envolvidos em uma pesquisa tipo *survey* possam impor importantes limites em termos do alcance geográfico e analítico, e principalmente quanto à sua capacidade de mensurar a migração, este é um instrumento mais eficaz para se conhecer a fundo o fenômeno, já que somente a partir dele é possível recuperar informações fundamentais como a história migratória e as características dos migrantes em cada momento de seus percursos.

Do ponto de vista dos movimentos migratórios intrametropolitanos, a possibilidade de fugir das restrições censitárias já mencionadas implicaria um enfrentamento mais adequado de várias questões como, por exemplo, a intensidade e característica desta migração, sua relação com os processos de redistribuição da população e, mais especificamente, de ocupação e expansão da região metropolitana etc.

Como se percebe, tanto os censos como pesquisas tipo *survey* têm grandes potencialidades mas também limites, sendo cada qual mais adequado para

determinado tipo de análise: o censo, por seu alcance e representatividade, para quantificar e identificar características gerais da migração; o *survey*, para uma compreensão mais fina dos processos migratórios, suas motivações e condicionantes.

Na hipótese da existência de ambos, a solução ideal seria buscar maneiras de conciliar tais informações. É o que poderia ser feito para o Estado de São Paulo e, particularmente, a Região Metropolitana de São Paulo, para os quais, além do Censo de 1991, se conta também, como já se mencionou, com uma grande pesquisa realizada no final de 1993.

Propostas metodológicas para análise da migração intrametropolitana

Em estudo concluído recentemente (Cunha, 1994) pôde-se confirmar toda a riqueza do Censo Demográfico de 1980 como fonte de dados para o estudo da migração intrametropolitana. Valendo-se principalmente da informação relativa ao município de residência anterior, pôde-se elaborar um diagnóstico sobre o fenômeno em termos dos fluxos migratórios estabelecidos, sua dimensão, intensidade, bem como seu impacto na dinâmica demográfica da região em geral e dos municípios em particular. Além disso, foram analisadas as características sócio-econômicas e demográficas dos migrantes segundo esses fluxos, no sentido de identificar diferenciações por lugar de destino.

Conclusões acerca do caráter familiar desses movimentos, dos diferenciais existentes entre os fluxos, principalmente em termos dos grupos sociais envolvidos, foram elementos essenciais para reforçar as hipóteses relativas ao caráter não aleatório da migração intrametropolitana e à relação entre a incidência de determinados fatores estrutu-

rais e os grupos sociais que mudam de residência dentro da área metropolitana.

Contudo, várias questões abordadas não puderam ir mais além da aproximação ou pura inferência, o que teria sido em grande medida contornado caso se dispusesse de um *survey* para o período estudado que recuperasse as histórias migratórias dos indivíduos e trouxesse à tona informações não disponíveis nos censos.

A seguir são discutidos brevemente alguns aspectos da migração intrametropolitana que podem ser estudados com o auxílio da informação censitária brasileira (ou de outros países com quesitos similares) e questões nas quais este dado pode e deve ser complementado por pesquisas tipo *survey*.

Percurso migratório inter-regionais e intrametropolitanos

Nos Censos Demográficos brasileiros de 1980 e 1991, três são os quesitos que permitem identificar os movimentos migratórios dos indivíduos: estado de nascimento, município de residência anterior (em ambos os censos) e, no caso específico do Censo de 1991, município de residência há cinco anos atrás, ou seja, 1986 (10).

Assim, pode-se detectar para 1980 no máximo dois momentos da trajetória migratória dos indivíduos, e mesmo assim apenas no caso de o município de residência anterior não pertencer ao estado de nascimento. Já em 1991, uma outra possível etapa migratória pode ser identificada sempre e quando o lugar de residência em 1986 não for o mesmo que a residência anterior, ou seja, desde que o migrante tenha feito uma outra mudança de município entre aquele ano e o momento do censo.

Em contextos onde são comuns migrantes com mais de uma migração – como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo (11) –, a informação

censitária será muitas vezes pobre para se conhecer o processo mais geral ao qual a migração intrametropolitana detectada pertence. Sejam percursos realizados antes da chegada na região, ou mesmo dentro da mesma por migrantes ou naturais, a verdade é que o fato de não recuperá-los pode implicar impasses analíticos.

Um caso típico desse problema ocorre com os migrantes intra-estaduais e os nativos da região que realizam um movimento intrametropolitano. Embora, do ponto de vista analítico, pudessem ser consideradas como duas realidades migratórias distintas, a partir do censo não poderiam ser identificadas, uma vez que este permite captar apenas o estado e não o município de nascimento.

Outro caso refere-se à impossibilidade de, a partir do censo, resgatar a real contribuição da migração intrametropolitana ao processo de redistribuição espacial da população metropolitana, o que seria possível somente a partir da captação do percurso completo – inclusive o intramunicipal – realizado pelo migrante dentro da região.

A história migratória, possível de se obter em um *survey*, pode complementar os dados censitários com informações fundamentais para a reconstrução dos processos migratórios que desencadearam movimentos no interior da região metropolitana, o que favoreceria o estudo de seus determinantes e conseqüências. Contudo, por não possuir a mesma representatividade de um censo, é bem provável que tal complementariedade se dê muito mais a um nível qualitativo, no sentido de permitir apenas identificar, mais que quantificar, tipos e formas de movimentação dentro da região.

Características do migrante antes e depois da migração

Um dos grandes obstáculos encontrados ao se escolher os censos para

estudar migrações é, sem dúvida, a impossibilidade de se conhecer as características dos migrantes no momento da migração, uma vez que toda a informação é coletada para o momento em que o recenseamento é realizado. Esta limitação, nem sempre levada em conta pelo pesquisador, pode levar a análises e interpretações equivocadas, sobretudo quando a variável estudada pode modificar-se devido à migração e em um espaço curto de tempo, como, por exemplo, a ocupação, condição de moradia, status marital etc. Assim, qualquer análise sobre a condição do migrante no momento da migração feita a partir dos censos é, em maior ou menor grau, um exercício de aproximação e até mesmo inferência.

Um caso exemplar é o da idade. A estrutura etária dos migrantes que se detecta no censo não corresponde àquela apresentada pelos migrantes no momento da migração, principalmente para aqueles indivíduos com mais tempo de residência no município (12). Um artifício que pode ser utilizado como paliativo a esse problema é subtrair da idade declarada o tempo de residência do migrante no município onde foi recenseado; resultados obtidos nesse sentido mostraram diferenças significativas com o que se capta diretamente no censo (Cunha, 1994).

Outro exemplo pode ser citado com relação à composição familiar dos migrantes. Embora alguns estudos, entre eles o de Duarte (1981), enfatizem o caráter familiar e a importância do ciclo vital e arranjo das famílias na migração intrametropolitana, é muito difícil enfrentar essa questão com os dados censitários sem que se tenha de recorrer a aproximações. Neste caso, tais artifícios iriam desde aproximar o ciclo vital pela idade média do casal calculada para o momento da migração, até reconstruir a formação familiar com que se migrou a partir do cotejamento da condição migratória (município anterior e tempo de

residência) do chefe com a dos membros da família, que mesmo sendo iguais não são garantia de que migraram juntos.

Como se percebe, mesmo nos casos em que é possível a reconstrução de certas características do momento da migração, apenas se chega a um resultado aproximado, muitas vezes deixando a desejar em termos de confiabilidade. Ainda assim, pouquíssimas são as situações onde isso é possível, razão pela qual a história migratória, contendo dados sócio-econômicos e demográficos do indivíduos nos vários momentos de sua trajetória, apresenta-se como uma solução adequada para se avançar no entendimento do fenômeno. Muitas das questões, como aquelas relacionadas à mobilidade social (ocupacional, residencial etc.) e migração, somente poderiam ser encaradas a partir de um instrumento como um *survey*. Também as reconstruções dos arranjos familiares e de outras características demográficas nos momentos em que foram feitos os movimentos poderiam ser melhor resgatadas e, portanto, analisadas, preenchendo, assim, as grandes lacunas deixadas pelo censo.

Mobilidade pendular

Esse tipo de mobilidade, muito comum em regiões altamente urbanizadas e integradas como as metropolitanas, é um fenômeno que pôde ser apreendido no Censo de 1980 mas, infelizmente, foi retirado do censo mais recente.

Em termos gerais, pode-se dizer que a informação censitária sobre "município de trabalho ou estudo", cruzada com o município de residência, permite que se faça satisfatoriamente não apenas um mapeamento do fenômeno em si, mas também uma avaliação do grau de sua relação com a migração intrametropolitana. Além disso, pode ser utiliza-

da como elemento para testar indiretamente hipóteses acerca das motivações da migração (13).

Um dos problemas que este tipo de informação apresenta, contudo, refere-se à impossibilidade de se separar a mobilidade pendular motivada por trabalho e por estudo, o que seria muito útil no sentido de melhor rotular e tipificar os vários perfis desse fenômeno. Esta separação, porém, foi feita pela pesquisa já mencionada realizada em São Paulo. No caso deste estado, a referida pesquisa é de extrema utilidade para estimativas da mobilidade pendular nos anos 80, uma vez que o Censo Demográfico de 1991 não levantou tal informação.

Também uma pesquisa de campo poderia tornar mais precisa a análise acerca da relação da mobilidade pendular com a migração intrametropolitana. A partir dela poder-se-ia levantar informações sobre aquela movimentação em cada momento do percurso migratório do indivíduo, e não apenas no último, como ocorre no censo.

Os condicionantes e as conseqüências

Talvez o maior desafio ao estudar a migração intrametropolitana a partir do censo seja compatibilizar seu tipo de informação com um argumento explicativo que esta possa respaldar.

De fato, em função das restrições anteriormente mencionadas, fica muito difícil para o pesquisador armar um esquema de análise que vá mais além da formulação de certas hipóteses que relacionem os condicionantes macroestruturais desse tipo de migração às características do migrante no lugar de destino, que, como se comentou, nem sempre correspondem àquelas do momento da migração.

Além disso, fica comprometida a visão de processo do fenômeno, dado que as informações, ao não permitirem

diferenciar os indivíduos quanto aos seus percursos e perfis ao longo do mesmo, não são capazes de caracterizar tipos e, principalmente, etapas do fenômeno.

É portanto muito difícil adaptar os dados censitários a um esquema de análise que resgate todo o processo pelo qual passaram os indivíduos, seja em termos dos contextos sócio-econômicos onde estes se inseriam, ou mesmo em termos da forma como isso ocorria. Especificamente para a migração intrametropolitana essa questão é essencial, uma vez que a partir dessa reconstrução, sobretudo da trajetória dentro da região metropolitana, certamente se chegaria a uma melhor interpretação das formas, consolidadas ou emergentes, de deslocamento populacional que, em grande medida, influenciam as modalidades de ocupação e apropriação do espaço metropolitano.

Entender, portanto, o porquê dos movimentos intrametropolitanos seria uma tarefa mais simples se, ao que já se conhece sobre seus condicionantes e características mais gerais, pudéssemos aliar novas informações sobre os tipos, formas, etapas e motivações que aflorariam da análise das histórias migratórias e, principalmente, das verbalizações sempre presentes e possíveis em um *survey*.

Se, do ponto de vista dos condicionantes, a necessidade de um *survey* é clara, no que se refere à avaliação e estudo das conseqüências essa carência é ainda mais notória. Senão vejamos. Como saber, por exemplo, as transformações ocorridas nas características do migrante intrametropolitano em função da mudança de domicílio se não se possui dados sobre sua vida pregressa? O mesmo pode ser dito com relação aos impactos, nas áreas de origem e destino, dos movimentos migratórios no mercado de trabalho, no processo de ocupação e expansão espacial, nas condições de vida etc. Mesmo na área de

chegada, para a qual os dados censitários são referidos, não se pode garantir que os impactos são aqueles inferidos através do censo, já que as características (ocupação, localização espacial etc.) dos migrantes não refletem necessariamente o momento da chegada dos mesmos. Até a mobilidade pendular (*commuting*) enquanto conseqüência da migração poderia ser melhor avaliada a partir, por exemplo, das verbalizações acerca dos motivos do deslocamento.

Conclusões

O que se pode concluir desses breves comentários é que, embora os dados dos censos demográficos brasileiros sejam uma fonte muito rica para o estudo dos movimentos migratórios intrametropolitanos, são insuficientes para um cabal e mais aprimorado conhecimento do fenômeno.

O caráter não-retrospectivo dessas informações, bem como as restrições em termos das trajetórias captadas, acabam por limitar uma apreensão mais global do processo, dificultando estabelecer claramente tipos, formas e etapas do objeto considerado. Se de um lado o censo, por seu alcance espacial e representatividade, é bastante adequado para mensurar e diagnosticar a migração intrametropolitana, de outro ele deixa a desejar em termos de elementos básicos para a interpretação do fenômeno.

Nesse sentido, pesquisas tipo *survey*, como a realizada pelo Instituto de Economia da Unicamp para o Estado de São Paulo, colocam-se como excelentes oportunidades para desvendar características e entender os processos que motivam e impulsionam as migrações no interior da Região Metropolitana.

Em um cenário como o brasileiro, onde afloram ou se consolidam novas modalidades de deslocamentos populacionais, que por sua vez condicionam novos padrões de redistribuição espacial da população, é fundamental que os estudiosos voltem suas atenções para encontrar novas formas de apreender e explicar esses fenômenos, dos quais a migração intrametropolitana (ou intra-regional, de forma mais generalizada) é apenas um exemplo.

É nesse contexto que se justifica a realização, no Estado de São Paulo, de uma pesquisa tipo *survey* tão próxima ao censo. Muito embora os dados da pesquisa IE/Unicamp ainda estejam sendo preparados para posterior análise, pode-se vislumbrar que o conhecimento dos processos migratórios, em particular os intrametropolitanos, sofrerá um inestimável ganho qualitativo, enriquecendo ainda mais o diagnóstico possibilitado pelo censo demográfico.

Notas

- (1) Trata-se de uma pesquisa de caráter amostral realizada em 1993 em mais de 12 mil domicílios no estado e que contou com o apoio financeiro da Fapesp.
- (2) Um único estudo enfocando a migração intrametropolitana foi o coordenado por Duarte (1981). Contudo, sua abrangência foi um tanto restrita, uma vez que apenas

se considerou a população de baixa renda residente na periferia da região, recorte que, na verdade, correspondia à ocupação dominante nos anos 70.

- (3) Segundo o Censo Demográfico de 1980, mais da metade dos migrantes intrametropolitanos economicamente ativos da década de 70 faziam movimento pendular.

- Além disso, representavam, sozinhos, cerca de 27% do total dessa mobilidade na Região Metropolitana.
- (4) Os dados do Censo de 1980 mostram, por exemplo, que mais de 40% dos migrantes intrametropolitanos não eram naturais do Estado de São Paulo.
- (5) Felizmente, em 1993 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incorporou, em caráter definitivo, ao questionário básico informações detalhadas sobre os movimentos migratórios. As estatísticas vitais também podem converter-se em uma fonte de estimativa indireta da migração, embora sua má qualidade na maioria dos estados brasileiros as coloque em xeque enquanto fonte de dados passível de ser utilizada.
- (6) As informações são as seguintes: (1) nacionalidade; (2) condição de naturalidade (natural ou não natural do município de residência); (3) migração intramunicipal (situação do domicílio anterior – rural ou urbano – dentro do município de residência atual); (4) situação do domicílio (rural ou urbano) no município de residência anterior; (5) tempo de residência na unidade da Federação; (6) tempo de residência no município; (7) município de residência anterior. Apesar de comparáveis, apenas dois quesitos diferenciam os Censos de 1980 e de 1991: enquanto o primeiro apresenta a informação acerca do “município de trabalho ou estudo”, no segundo esse quesito foi retirado, mas acrescentou-se a informação sobre o “município de residência em 1986”.
- (7) O mesmo deve ser dito com relação às comparações entre migrantes com distintos tempos de residência. As diferenças em geral encontradas entre os recém-chegados e os mais antigos, que a princípio podem ser atribuídas ao que se consagrou chamar de processo de adaptação, na verdade parecem refletir outro processo que diz respeito à “sobrevivência” dos migrantes não apenas com relação à morte, mas sobretudo à remigração, que costuma ser importante. Maiores detalhes sobre este tema podem ser encontrados em Martine (1979).
- (8) Como afirma Castells (1974), “en las regiones metropolitanas, se constata una casi completa inadecuación entre estas fronteras políticas y las especificidad de su contenido social[...]”.
- (9) Na verdade, a não ser no caso de pesquisas com visitas repetidas (*multiple round*), um *survey* também padece da limitação de refletir apenas a situação das pessoas “sobreviventes” no momento do levantamento.
- (10) Na realidade, há pelo menos mais duas questões que tratam dos deslocamentos populacionais: uma que informa sobre movimentos intramunicipais (do tipo urbano-rural, rural-urbano) e outra sobre a mobilidade pendular (município de trabalho ou estudo). A primeira não será tratada neste estudo em função de sua pouca relevância para o objeto pesquisado, que é tipicamente urbano. A segunda será abordada separadamente, por ser tratar de um tipo de movimento que, ao não implicar transferência de residência, não deve ser rotulado como migração mas apenas como mobilidade espacial regular.
- (11) Segundo pesquisa feita no Estado de São Paulo e já mencionada, na região metropolitana cerca de 40% dos migrantes do período 1980-93 apresentavam mais de uma mudança de município. Pode-se dizer que esta cifra poderia ser ainda maior caso tivessem sido também informadas as mudanças intramunicipais.
- (12) Para que se tenha uma idéia do erro que se comete ao se considerar a idade declarada para estudar a composição da migração por essa variável, em 1980, os migrantes intrametropolitanos da década de 70 com mais de dois anos de residência representavam cerca de 53% do total registrado na região e 31% apresentavam mais de cinco anos. Ou seja, em mais da metade desses migrantes haveria uma defasagem da idade de, pelo menos, dois anos, e em quase um terço no mínimo cinco anos.
- (13) Para contrapor a motivação laboral com a residencial, pode-se avaliar, para os fluxos migratórios, a proporção de migrantes que trabalham ou estudam fora dos locais de moradia, em particular, no município de

residência anterior. Em estudo anterior (Cunha, 1994) mostrou-se que estas cifras eram elevadas para os indivíduos que migravam para municípios chamados "dor-

mitórios" e pequenas para aqueles que se dirigiam para as áreas mais industrializadas da Região Metropolitana.

Referências bibliográficas

- BAENINGER, R. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1992.
- BONDUKI, N.J. e ROLNIK, R. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, São Paulo, PRODEUR-USP, n. 2, 1979.
- CAMARGO, A.B.M. e MONTALI, L. "Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população". In: FUNDAÇÃO SEADE, *O jovem na Grande São Paulo*, São Paulo, Coleção Realidade Paulista, n. 2, 1988, pp. 21-34.
- CAMARGO, C.P.C. et al. *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola, 1975.
- CARVALHO, J.A.M. "Migrações internas: mensurações direta e indireta". *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1980, vol. 1.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1974.
- CUNHA, J.M.P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutoramento, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.
- DUARTE, J.C.(coord.). *Migrações intrametropolitanas, reprodução da força de trabalho e formação da periferia de São Paulo*. São Paulo, PRODEUR/FAU-USP, mimeo., 1981.
- FREY, W.H. "Migration and metropolitan decline in developed countries: a comparative study". *Population and Development Review*, vol. 14, n. 4, dezembro 1988.
- FUNDAÇÃO SEADE. *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo, Coleção Realidade Paulista, n. 2, 1988.
- GOTTDIENER, M. *The social production of urban space*. Austin, University of Texas Press, 1985.
- LANGENBUCH, J.R. *A estruturação da Grande São Paulo - estudo da geografia urbana*. Tese de doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1971.
- MARTINE, G. "Adaptation of migrants or survival of the fittest?". *The Journal of Developing Areas*, outubro, 1979, pp.23-42.
- _____. "Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1984, vol. 1.
- PATARRA, N. e BOGUS, L.M. "Percurso migratório e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso". *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1980, vol. 2.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968.
- _____. "Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo". In: SINGER, P., *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1973.

Recebido para publicação em 10/07/94.